



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS

**APRESENTAÇÃO À COMISSÃO DE INFRA-
ESTRUTURA DO SENADO FEDERAL**

André Luiz Mendes

Secretário de Fiscalização de Obras

OBJETIVO DA APRESENTAÇÃO

- **ESCLARECER À COMISSÃO:**
 - O fundamento legal para as auditorias em obras do TCU.
 - Quando as informações sobre indícios de irregularidades são enviadas à CMO.
 - Como são escolhidas as obras que serão fiscalizadas.
 - Como é feito o bloqueio orçamentário das obras com indícios de irregularidades.
 - Quais critérios o TCU adota para classificar uma irregularidade como grave.
 - Como uma obra pode ser desbloqueada.
 - Quais critérios o TCU adota para dizer que uma obra tem sobrepreço?
 - Diagnóstico fiscalizações 2008 (infra-estrutura).
 - Informações disponíveis nos relatórios.
 - Como o TCU pode contribuir com a CI.

BASE CONSTITUCIONAL

- O TCU fiscaliza obras e provê o Congresso Nacional de informações para o exercício da titularidade do controle externo.
- CF – Art. 71.
 - O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
 -
 - VII- prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

HISTÓRICO

- Comissão Obras Inacabadas - Senado/1995
- CPI Judiciário – 1999 (caso TRT/SP)
- Leis de Diretrizes Orçamentárias
 - Estréia do dispositivo em 1997
 - TCU realizou 96 fiscalizações naquele ano
 - Desde então, as LDOs mantiveram o comando, acrescentando novos procedimentos.

Jornal do Senado, 10 a 16 de novembro de 2008 (pag. 9)

- **CONGRESSO TEM DESAFIO DE EVITAR GASTOS EM OBRAS IRREGULARES**

(excerto)

“O sistema atual de controle das obras públicas teve início em 1995, depois que a CPI do Orçamento revelou esquemas de corrupção no setor e recomendou uma série de ajustes no processo de elaboração do Orçamento. Somente a partir de então, o TCU passou a dar apoio técnico na fiscalização das obras para, então, o Congresso decidir a suspensão da execução desses empreendimentos”

DISCURSO SENADOR JEFFERSON PRAIA

205ª Sessão Deliberativa Ordinária do Senado – 04/11/2008

- Foi assim que, ao longo da última década e meia, puderam os brasileiros tomar conhecimento – e exercer sua justa indignação cívica – dos resultados de iniciativas fiscalizatórias pioneiras como a de Comissão Temporária desta Casa sobre obras inacabadas, de 1995.
- Essa Comissão trouxe a público a chocante revelação de que, à época, nada menos de R\$15 bilhões haviam sido desperdiçados em mais de 2.200 obras inacabadas. Em valores de 2008, isso equivaleria a R\$50 bilhões...
- Pouco tempo depois, Sr. Presidente, a CPI do Judiciário, dentre uma série de desmandos e desvios investigados, destacou o caso, que se tornaria tristemente famoso, do Fórum Trabalhista de São Paulo, obra em que, do total de R\$230 milhões investidos, foram malversados R\$169 milhões (a preços da época).
- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa e outras diligências e o resultante clima de revolta no seio da opinião pública, com gigantescos prejuízos decorrentes da corrupção, do desperdício e da pura e simples incompetência ensejaram inovações institucionais importantes, como o dispositivo que, desde 1997, estabelece, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o bloqueio de dotações a obras federais com indícios de irregularidades graves, informados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

LDO 2009

INFORMAÇÕES - PRAZO (I)

- **Art. 97.**

O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2009, informações recentes sobre a execução física das obras que tenham sido objeto de fiscalização.

- Ou seja: até o dia 30/09

LDO 2009

INFORMAÇÕES - PRAZO (II)

- Art.97

- § 5º *Durante o exercício de 2009, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2009 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.*

SELEÇÃO DAS OBRAS

- Art. 97
- § 2º A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, entre outros fatores, o valor empenhado no exercício de 2007 e o fixado para 2008, os projetos de grande vulto, a regionalização do gasto, o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores, a reincidência de irregularidades cometidas e as obras contidas no Anexo VI da Lei Orçamentária de 2008, que não foram objeto de deliberação do Tribunal de Contas da União pela regularidade durante os 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta Lei.

INFORMAÇÕES-CONTEÚDO

LDO 2009

Art. 97.

•§ 1º *Das informações referidas no caput deste artigo constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:*

•...

•III - a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como pronunciamento, na forma do § 5º deste artigo, acerca da paralisação cautelar da obra, com fundamento no art. 96, § 1º, inciso IV, desta Lei;

•...

•VII - *a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União.*

LDO 2009 - 11.768/2008

QUADRO-BLOQUEIO

- Art. 96.

O Projeto de Lei Orçamentária de 2009 e a respectiva Lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

DEFINIÇÃO IRREGULARIDADE GRAVE (IG-P)

- Art. 96

- § 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

-

- IV - indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço, que sendo materialmente relevantes enquadrem-se em alguma das seguintes situações, entre outras:

- a) tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros;
- b) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; e
- c) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a administração pública.

DESBLOQUEIO

LDO 2009

- Art. 96

- § 5º As alterações do Anexo a que se refere o art. 9º, § 2º, desta Lei, serão efetuadas por meio de decreto legislativo, elaborado com base nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, das quais constará pronunciamento conclusivo quanto a indícios de irregularidades que não se confirmaram e saneamento de irregularidades.

LDO 2009 - Limite custos unitários

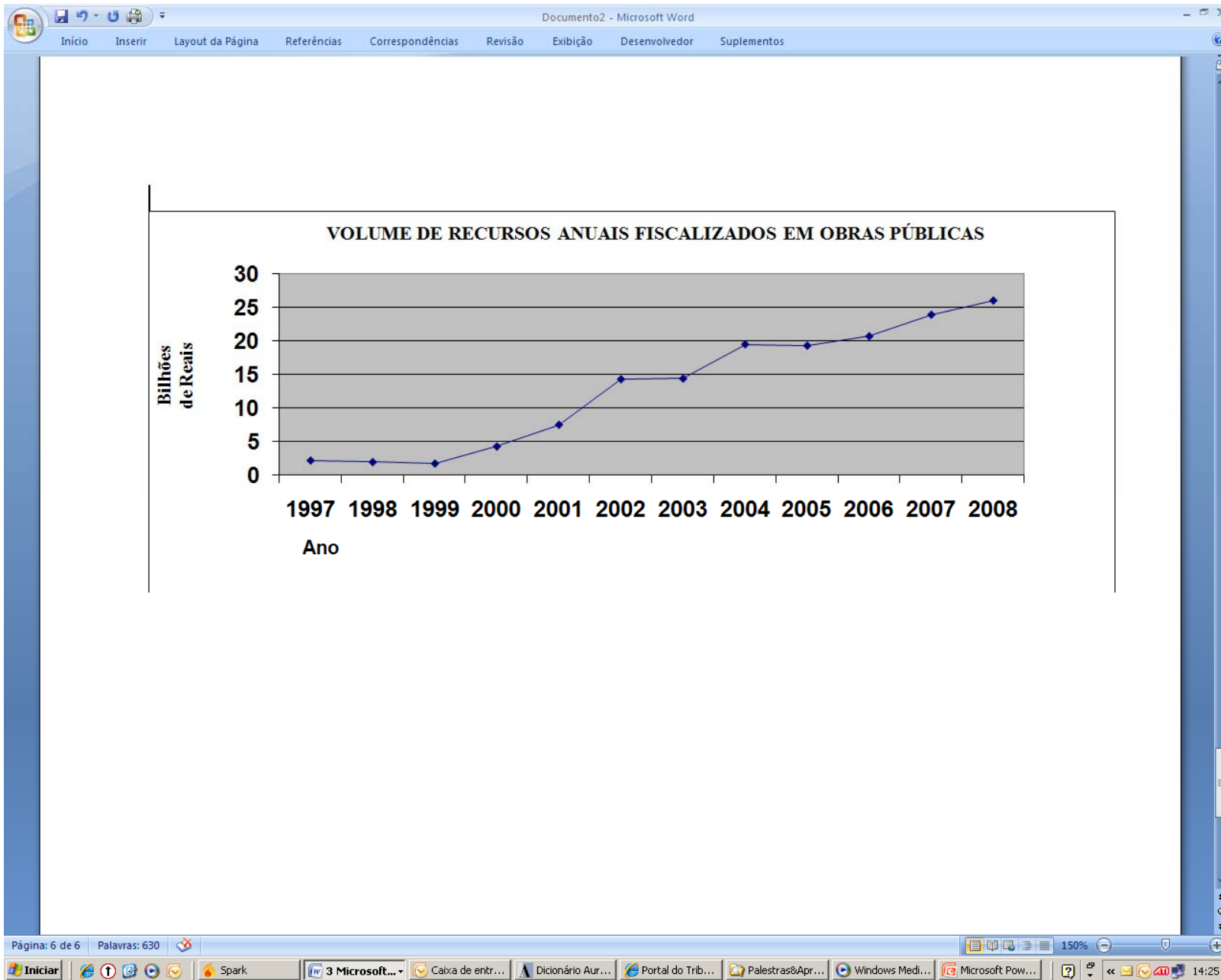
- *Art. 109. O custo global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.*
- *§ 1º Nos casos em que o SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI.*
- *§ 2º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela autoridade competente, poderão os respectivos custos unitários exceder o limite fixado no **caput** deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.*
-

Ciclo da fiscalização

(datas aproximadas)

- Fevereiro: aprovação das obras a serem auditadas
- Março a Julho: trabalhos relativos a levantamento de auditoria pelas Secex
- Agosto: consolidação dos dados e emissão de relatórios pela Secob
- Setembro: deliberação do Plenário e encaminhamento das informações ao Congresso Nacional
- Outubro a Dezembro: tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso

OBS: Nesse período, as deliberações do TCU são enviadas à CMO, de modo que esta possa proceder aos ajustes no quadro provisório.



DIAGNÓSTICO FISCALIZAÇÕES 2008

Documento2 - Microsoft Word

Início Inserir Layout da Página Referências Correspondências Revisão Exibição Desenvolvedor Suplementos

Quantidade de Fiscalizações por Subfunção Orçamentária

It.	<u>Subfunção</u>	Qt.	% Qt.	Dotação LOA/2008 (R\$)	% Dotação
1	Transporte Rodoviário	55	35,95%	3.312.160.078,00	12,73%
2	Recursos Hídricos	18	11,76%	1.285.746.759,00	4,94%
3	Energia Elétrica	14	9,15%	1.893.589.054,00	7,28%
4	Petróleo	13	7,84%	17.248.621.015,00	66,28%
5	Transporte Aéreo	9	5,88%	936.915.744,00	3,60%
6	Transporte Hidroviário	8	5,23%	406.706.000,00	1,56%
7	Irrigação	6	3,92%	223.815.088,00	0,86%
8	Administração Geral	4	2,61%	93.618.548,00	0,36%
9	Transportes Coletivos Urbanos	3	1,96%	352.343.000,00	1,35%
10	Demais	23	15,69%	269.969.918,00	1,04%
Total		153	100,00%	26.023.485.204,00	100,00%

Página: 2 de 2 Palavras: 186

150%

Iniciar 3 Microsoft... Caixa de entr... Dicionário Aur... Portal do Trib... Palestras&Apr... Windows Medi... Microsoft Pow... 14:05

DIAGNÓSTICO FISCALIZAÇÕES 2008

Documento2 - Microsoft Word

Início Inserir Layout da Página Referências Correspondências Revisão Exibição Desenvolvedor Suplementos

Composição das Unidades Orçamentárias nas Fiscalizações de Obras em 2008

It.	Descrição da Unidade Orçamentária	Qt.	% Qt.	Dotação LOA/2008	% Dotação
1	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	58	37,91%	3.240.260.078,00	12,45%
2	Ministério da Integração Nacional - MIN	17	11,11%	987.721.862,00	3,80%
3	Petróleo Brasileiro S.A.	13	8,50%	17.291.356.112,00	66,45%
4	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	9	5,88%	936.915.744,00	3,60%
5	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	5	3,27%	67.991.500,00	0,26%
6	Furnas Centrais Elétricas S.A.	4	2,61%	652.123.728,00	2,51%
7	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	4	2,61%	357.242.000,00	1,37%
8	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	3	1,96%	352.343.000,00	1,35%
9	Secretaria Espec. Porto/PR	3	1,96%	186.200.000,00	0,72%
10	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	3	1,96%	95.000.000,00	0,37%
11	Fundo Nacional de Saúde	3	1,96%	24.720.000,00	0,09%
12	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	2	1,31%	212.666.000,00	0,82%
13	Ministério do Turismo	2	1,31%	25.516.108,00	0,10%
14	Ministério das Cidades	2	1,31%	15.500.000,00	0,06%
15	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	2	1,31%	3.766.126,00	0,01%
16	Ministério do Meio Ambiente	2	1,31%	0,00	0,00%
17	Demais	21	13,73%	1.574.162.946,00	6,05%
Total		153	100,0%	26.023.485.204,00	100,00%

Página: 3 de 3 Palavras: 387 150%

Unidades Orçamentárias com as mais significativas incidências de indícios de IG-P:

Unidade Orçamentária	Qt. Fisc.	Total Fisc. IG com rec. de paralisação	Total Fisc. IG com rec. de retenção	% de Fisc. com Irreg. Paralisação / Retenção
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	9	4	1	56%
Ministério da Integração Nacional	17	8		47%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	58	20	5	43%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	5	2		40%
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	4	1		25%
Petróleo Brasileiro S.A.	13	1	2	23%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4			0%
Demais	43	12	4	37%
Tptal	153	48	12	39%

Obs.: Consideradas apenas as UO com mais de 3 fiscalizações.
Ordenado por % de fiscalizações com IG-P.

DIAGNÓSTICO FISCALIZAÇÕES 2008

Documento2 - Microsoft Word

Início Inserir Layout da Página Referências Correspondências Revisão Exibição Desenvolvedor Suplementos

Indícios de IG-P mais Frequentes -Fiscalizações *in loco*

It.	TIPO_ACHADO	Fiscalizações com IG-P		SOMA
		Paralisação	Retenção	
1.	Sobrepço e Superfaturamento	36	12	48
2.	Irregularidades graves no processo licitatório	14		14
3.	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	13	1	14
4.	Alterações indevidas de projetos e especificações	10	1	11
5.	Irregularidades graves na administração do contrato	6	2	8
6.	Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental	7		7
7.	Sub-rogação/ subcontratação irregular de contrato	6	1	7
	Outros
TOTAL		151	21	172

Obs.: Indícios registrados em 2008 e em exercícios anteriores ainda em apuração no TCU.
Posição em 25/09/2008, ordenado pela soma dos indícios.

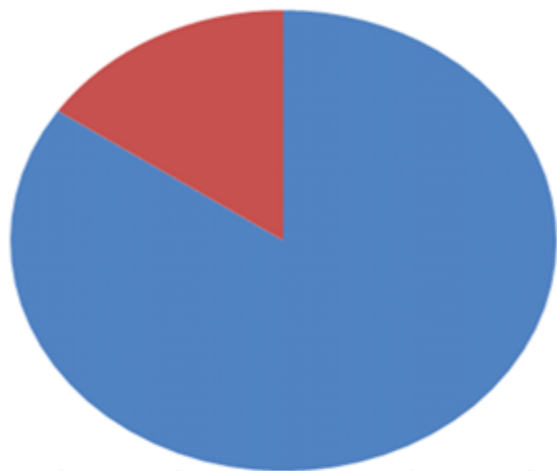
Página: 5 de 5 Palavras: 629

150%

Iniciar 1 Spark 3 Microsoft... Caixa de entr... Dicionário Aur... Portal do Trib... Palestras&Apr... Windows Medi... Microsoft Pow... 14:20

Irregularidades em 2008

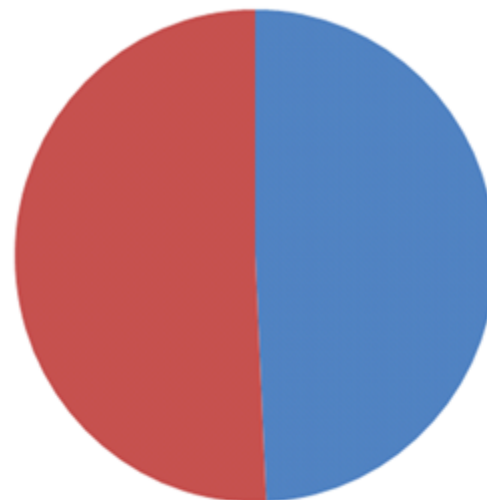
OBRAS PAC FISCALIZADAS EM 2008 - 84



Obras PAC fiscalizadas em 2008 sem indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação: 71 (84,5%)

Obras PAC com indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação: 13 (15,5%)

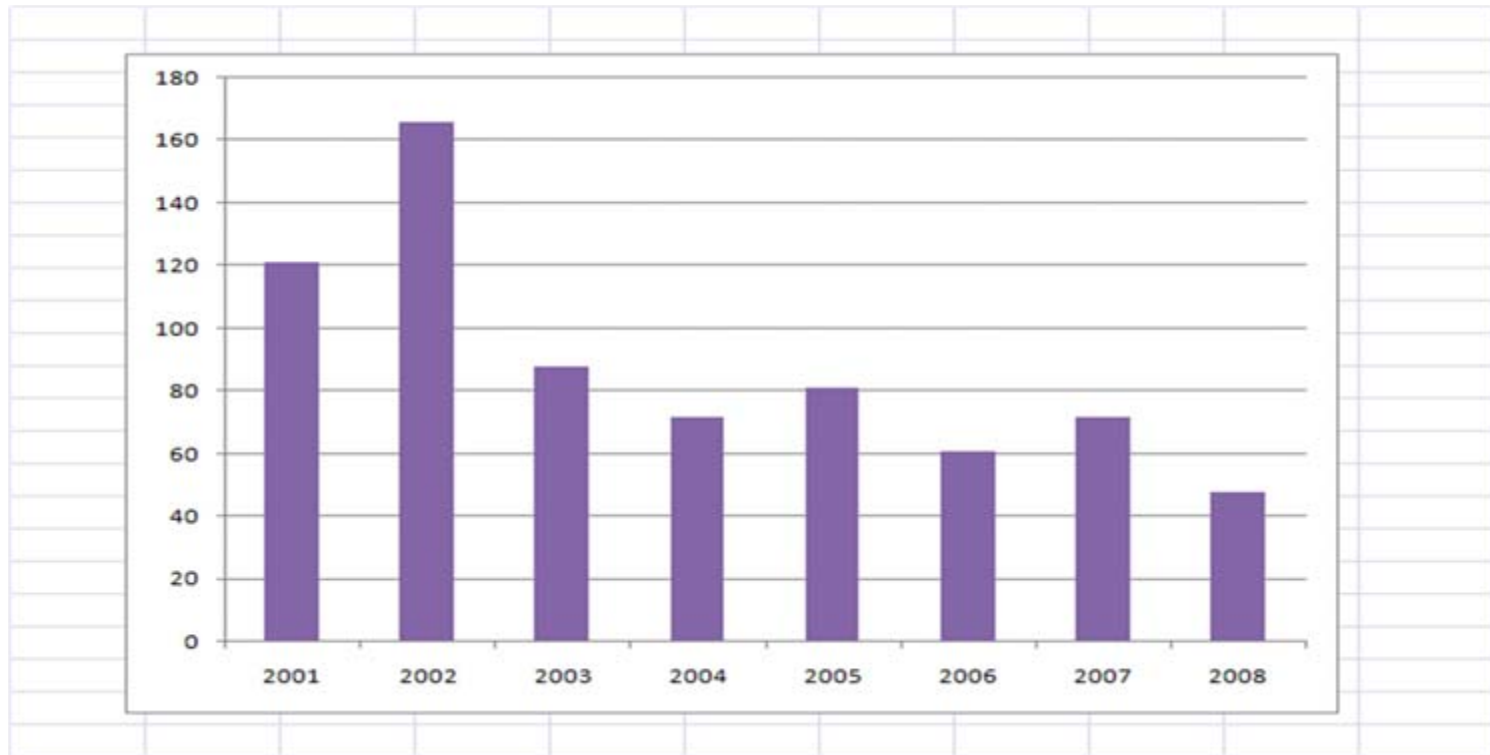
OBRAS NÃO PAC FISCALIZADAS EM 2008 - 69



Obras não PAC fiscalizadas em 2008 sem indícios de irregularidades graves: 34 (49,3%)

Obras não PAC com indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação: 35 (50,7%)

Nº de obras com recomendação de paralisação – 2001 a 2008



Obs. Em 2001 e 2002, não havia divisão entre indícios de irregularidades graves com e sem indicação de paralisação.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO